

CUT REFORÇA GREVE DO DIA 30 CONTRA REFORMAS DE TEMER

Central fará paralisações em todo o país em defesa dos direitos sociais e trabalhistas

A Direção Nacional da CUT se reuniu na última quinta-feira (22), em São Paulo, e deliberou que vai aumentar a pressão para a construção da greve geral da próxima sexta-feira, dia 30 de junho. “O momento não é de negociar redução de danos com golpista que respira por aparelhos e muito menos desistir das mobilizações com a ilusão de que é possível pactuar com o governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) porque estaria fragilizado” destacou o presidente Wagner Freitas.

ACÚMULO - Na avaliação do dirigente cutista, a derrota governista na votação da Reforma Trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais no Senado (CAS) é algo que deve ser usado como argumento, inclusive, para convocar toda a sociedade a aderir à greve.

DERROTA DO GOVERNO - “Jamais o governo esperava que fosse perder a votação na CAS, com sua própria base votando contra, com senadores chamando Temer de corrupto e convocando Diretas

Já! O que promoveu essa mudança foi nossa pressão. Entramos quebrando o imenso apoio parlamentar, já que esse governo não tem qualquer apoio popular e social. Convocamos todas as centrais e todos os sindicatos para estarem nessa greve. Não acreditamos numa saída negociada com golpista”, sublinhou o presidente da CUT.

ENFRENTAMENTO - Vagner voltou a dizer que não aceita discutir um programa de redução de danos na retirada dos direitos trabalhistas. “Apostamos na greve, no enfrentamento e na construção do dia 30. Suspender essa mobilização agora ajudaria o governo golpista no ataque aos trabalhadores e seus direitos”, acrescentou.

PLATAFORMA DIGITAL “NA PRESSÃO” VAI AUXILIAR A COBRAR PARLAMENTARES E MINISTROS EM DEFESA DAS DIRETAS, JÁ!

A CUT lançou na reunião da direção nacional a plataforma digital ‘Na Pressão’ (napressao.org.br) uma ferramenta para ampliar a cobrança de autoridades, como parlamentares e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Por meio de e-mail, telefone e das redes sociais será possível contatar e pressionar parlamentares pelo combate às reformas Trabalhista e Previdenciária e de defesa das Diretas Já!

CLAUDINHO - Para o presidente da Conticom, Claudio da Silva Gomes, o momento requer foco. “Precisamos mesmo é priorizar a greve do próximo dia 30. A orientação para os nossos sindicatos é paralisação dos canteiros de obra e mobilizar pessoas para as grandes concentrações. Se os transportes não pararem, precisamos nos dedicar ao máximo para paralisar e atrasar o funcionamento das cidades”.

MACROSSECTOR INDÚSTRIA DA CUT REALIZA PRIMEIRA REUNIÃO DO COLETIVO JURÍDICO

O Macrossetor Indústria (MSI) da CUT realizou sua primeira reunião do coletivo jurídico na última sexta-feira (23), na capital paulista. Estiveram presentes mais de 30 entidades sindicais filiadas às 5 confederações que compõem o MSI. No encontro foram discutidas as principais propostas de alteração na legislação trabalhista que o governo Temer e a banca patronal estão tentando emplacar para reduzir direitos.

ATAQUES - Os principais pontos debatidos foram: terceirização, trabalho temporário, representação e contratação. Entre as mudanças que afetam com mais gravidade o setor da construção, se destaca a do trabalho temporário, que será alterado para 180 dias, prorrogáveis por



Mais de 30 entidades debateram linhas de atuação

mais 90. Os dirigentes afirmaram que se este atentado passar, só vai existir traba-

lho temporário na construção, já que os operários do setor não ficam, em geral, mais do que um ano na mesma empresa.

REAÇÃO - Entre as deliberações para diretrizes jurídicas se destacaram a orientação de alteração estatutária das entidades sindicais para incluir a representação de trabalhadores terceirizados, e o incentivo à celebração de acordos coletivos de 2 anos para as cláusulas sociais.

SINTICOP GARANTE PAGAMENTO DE ATRASADOS NA JN TERRAPLANAGEM, EM SIDROLÂNDIA/MS

Na última terça-feira (20), a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada do Mato Grosso do Sul (Sinticop) esteve na cidade de Sidrolândia. A visita foi no canteiro de obra da empresa JN Terraplanagem, onde cerca de 60 pessoas trabalham na pavimentação asfáltica da MS 258 no distrito de Capão Seco, que fica a cerca de 80 km de Campo Grande.

“Fomos até o local para resolver o problema de atraso nos salários do mês de maio”, explica Walter Vieira dos Santos, presidente do SINTICOP-MS. “Após uma assembleia com os trabalhadores, o Sindicato entrou em contato com a direção da empresa, que começou a pagar imediatamente os atrasados”, informou o presidente.

O atraso de salário tem sido recorrente na empresa JN. Em março e abril, o Sinticop também esteve no local para solucionar o mesmo problema.



JN tem abusado da paciência dos operários

SINDICATO DE VOLTA REDONDA GARANTE O PAGAMENTO DA INFLAÇÃO INTEGRAL, PLR E DEMAIS CLÁUSULAS ECONÔMICAS

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Volta Redonda e Região assinou, na semana passada, no Rio de Janeiro, a convenção coletiva de trabalho 2017-2018 da construção pesada e da montagem industrial, garantindo a reposição total da inflação acumulada no período de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017.

RETROATIVO - Com isso, trabalhadores do setor que ganham até R\$ 5.500,00 mensais terão 5,44% de reajuste salarial. Trabalhadores com salários superiores a R\$ 5.500,00 e até R\$ 7.300,00 mensais terão reajustes de 2,72%. Os índices fechados são retroativos a 1º de fevereiro, data-base das categorias. Foram mantidas todas as cláusulas econômicas da convenção coletiva com cesta básica, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), horas extras, vale refeição, entre outras.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Sebastião Paulo de Assis, disse que as negociações deste ano não foram diferentes das anteriores, ou seja, com o discurso de crise econômica por parte do setor patronal. Mas mesmo assim conseguiu fechar um bom acordo.

“Quando começamos as negociações a proposta do patronal era reajuste zero e a retirada de cláusulas econômicas da convenção. Não aceitamos e conseguimos negociar e fechar um resultado positivo para o setor”, frisou o presidente.



RENOVAÇÃO DO SINTRAPAV FORTALECE AÇÃO SINDICAL NO PARANÁ

Mais de 3 mil trabalhadores participaram da eleição para a Diretoria Administrativa, Conselho Fiscal, Delegação Federativa e Conselho de Representantes do Sintrapav Paraná. Seis urnas foram distribuídas pelo estado para que os operários da construção pesada pudessem se ma-

nifestar no processo democrático de eleição dos seus representantes sindicais.

BAHIA PRESIDENTE - Ao todo, 3.435 associados ao Sintrapav participaram do pleito. A única chapa inscrita, intitulada “Liberdade, Unidade e Renovação”, liderada pelo companheiro Raimundo Ribeiro

Santos Filho (Bahia), recebeu 3.379 votos (98,36%). Brancos somaram 43 (1,25%) e nulos foram 13 votos (0,37%). A nova direção eleita é composta por 24 trabalhadores do setor, representando vários locais de trabalho, e vai conduzir o Sintrapav pelo quadriênio 2017/2021.

PRESIDENTE DA CSI SOLIDÁRIO AOS CAMPONESES DE CURUGUATY, PRESOS POLÍTICOS NO PARAGUAI

O companheiro João Felício, presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI) - entidade que representa mais de 180 milhões de trabalhadores em 163 países e territórios - manifestou sua solidariedade à luta dos camponeses de Curuguaty, presos políticos do governo de Horacio Cartes, no Paraguai.

TERRA - Defensores da reforma agrá-

ria, os camponeses ocupavam uma terra pública, quando foram desalojados à força, num “confronto” que deixou 17 mortos: seis policiais e 11 sem-terra. Os tiros foram dados por franco-atiradores, com armas de alta precisão, que atingiram quem estava dialogando para provocar a carnificina e culpar o então presidente Fernando Lugo, que foi deposto uma semana depois.

JUSTIÇA - “Ainda não foram investigadas nem uma única das execuções extrajudiciais de camponeses em Curuguaty, nem as torturas e nem as tentativas de desaparecimento forçada, todas fartamente denunciadas e documentadas. Mais do que nunca, é hora de levantar bem alto a bandeira de luta por justiça, terra e liberdade no Paraguai”, defendeu Felício.

PRECARIZAÇÃO POR TRABALHO INTERMITENTE

Douglas Martins

Contrato de trabalho intermitente é uma das modalidades inseridas no texto da reforma trabalhista em tramite no

Senado Federal. O texto altera o artigo 443 e cria o artigo 452-A da CLT. No primeiro dispositivo define o contrato intermitente como contrato de trabalho de prestação não contínua, comportando períodos de inatividade, independente do tipo de trabalho executado.

No artigo 452-A afirma que o contrato deve adotar o valor da hora de trabalho, facultando ao empregador convocar o empregado três dias antes da data do início do trabalho. Se não responder em um dia estará caracterizada a recusa.

Se aceitar e não cumprir será punido com multa de 50% da remuneração que seria devida, podendo haver compensação em jornada quando houver trabalho.

O período em que o contratado na modalidade intermitente não estiver trabalhando poderá vender sua força de trabalho a outro empregador. No final do período, além da remuneração, o empregado receberá férias proporcionais, décimo terceiro, repouso semanal remunerado e adicionais legais. O empregador não poderá convocar o empregado intermitente durante as férias.

PRECARIZAÇÃO - Essa modalidade contratual a ser introduzida pela reforma é mais um passo na precarização das relações de trabalho. Inspira-se em contratos adotados no Reino Unido, destacado laboratório neoliberal desde os anos oitenta. Lá 2,5% da população econômica-

mente ativa estão submetidos a essas regras. Aqui, uma vez aprovado, os patrões vão tentar 100%. Alguma dúvida?

O trabalhador intermitente, essencialmente, converte-se em força de trabalho por estoque, como qualquer outra mercadoria. Paga-se horas trabalhadas e não mais se paga hora à disposição. O empregador pagará somente o tempo efetivamente trabalhado e a dimensão social do trabalho simplesmente deixa de existir. Obviamente, neste regime o trabalhador buscará vários empregadores.

AFRONTA - As grandes empresas extinguirão a maioria dos contratos permanentes, adotando contratos intermitentes para se livrarem dos custos sociais naturais do trabalho assalariado. A “novidade jurídica” afronta a dignidade social do trabalho jogando por terra conquistas seculares dos trabalhadores. Tecnicamente não haverá mais emprego. Apenas trabalho. E cada vez mais precário.